

BC retifica parecer sobre gastos municipais

ESTADO DE SÃO PAULO

Milton Michida/AE-17/1/96

Banco diz que Prefeitura aplicou 25% do orçamento nas escolas, como manda Constituição

O Banco Central (BC) retificou ontem informações sobre os gastos da Prefeitura de São Paulo com educação em 95. No pedido enviado ao presidente do Senado José Sarney, o BC alterou os termos do parecer encaminhado aos senadores em 7 de novembro, relativo à solicitação da Prefeitura de São Paulo para rolagem de parte de sua dívida mobiliária com vencimento no primeiro semestre deste ano.

O BC quer que seja desconsiderada a informação de que o município não aplicou em educação, no ano passado, os 25% da receita como determina a Constituição. Para um governo estadual ou municipal prorrogar o pagamento de dívida é neces-



Maluf critica Fonseca: "Ele não trabalha há mais de 20 anos"

sária autorização do Senado, que se baseia em relatório do BC.

Pela contas do banco, o cumpri-

mento da Constituição exigiria aplicação de R\$ 411,051 milhões no setor e não apenas R\$ 345,284 milhões, como comprovou a Prefeitura.

A assessoria de imprensa do banco explicou que o Tribunal de Contas do Município já aprovou as contas da Prefeitura e constatou a aplicação de aproximadamente 30% do orçamento em Educação.

Ontem, o Sindicato dos Profissionais da Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem) pediu intervenção estadual no município, baseado no relatório do BC. O presidente da entidade, Cláudio Fonseca, disse que a prefeitura mascara os gastos com o setor que, na realidade, não se referem exclusivamente à manutenção da educação conforme determina a legislação.

O prefeito Paulo Maluf disse ontem em entrevista que o BC não é "auditor" de prefeitura alguma. Também criticou o presidente do Sinpeem: "Esse senhor não trabalha há mais de 20 anos e não sei se ele ainda sabe ler e escrever."